

Andali S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Andali S.A.**

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andali S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andali S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Andali S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	18.255	11.740	Fornecedores	17	3.120	2.464
Contas a receber de clientes	10	6.091	7.783	Empréstimos e financiamentos	18	3.555	3.619
Estoques	12	1.460	777	Adiantamento de clientes		3.438	915
Impostos a recuperar	11	3.159	2.841	Obrigações trabalhistas	19	3.177	3.640
Outros créditos		832	1.022	Impostos a recolher	21	315	2.692
		<u>29.797</u>	<u>24.164</u>	Outros passivos	20	<u>6.462</u>	<u>6.242</u>
						<u>20.067</u>	<u>19.572</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	11	9	352	Empréstimos e financiamentos	18	21.852	25.325
Outros créditos		568	557	Provisões para contingências	23	<u>174</u>	<u>489</u>
Creditos com pessoas ligadas	28	-	496			<u>22.026</u>	<u>25.814</u>
		<u>577</u>	<u>1.405</u>				
				Patrimônio líquido			
Investimentos		13	13	Capital social	24.a	23.495	23.495
Propriedade para investimentos	14	10.738	-	Reserva de capital	24.b	15.005	15.005
Imobilizado	15	46.114	65.030	Reserva legal	24.c	923	923
Intangível	16	<u>92</u>	<u>156</u>	Reserva de retenção de lucros	24.d	<u>5.815</u>	<u>5.959</u>
		<u>56.957</u>	<u>65.199</u>			<u>45.238</u>	<u>45.382</u>
Total do ativo		<u><u>87.331</u></u>	<u><u>90.768</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>87.331</u></u>	<u><u>90.768</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita líquida de vendas	25	68.789	60.166
Custo dos produtos vendidos	26	<u>(41.086)</u>	<u>(40.674)</u>
Lucro bruto		<u>27.703</u>	<u>19.492</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(19.932)	(8.175)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>1.126</u>	<u>1.702</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>8.897</u>	<u>13.019</u>
Despesas financeiras	27	(1.866)	(1.734)
Receitas financeiras	27	<u>495</u>	<u>796</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(1.371)</u>	<u>(938)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.526</u>	<u>12.081</u>
Imposto de renda	22	(67)	(3.134)
Contribuição social	22	<u>(34)</u>	<u>(1.165)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>7.425</u></u>	<u><u>7.782</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	7.425	7.782
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>7.425</u></u>	<u><u>7.782</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		23.495	15.005	534	10.946	-	49.980
Ajuste de exercícios anteriores	24.f	-	-	-	-	(26)	(26)
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	24.e	-	-	-	(6.809)	-	(6.809)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.782	7.782
Constituição da reserva legal	24.c	-	-	389	-	(389)	-
Dividendo mínimo obrigatório	24.e	-	-	-	-	(5.545)	(5.545)
Retenção de lucros	24.d	-	-	-	1.822	(1.822)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>23.495</u>	<u>15.005</u>	<u>923</u>	<u>5.959</u>	<u>-</u>	<u>45.382</u>
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	24.e	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.425	7.425
Dividendo mínimo obrigatório	24.e	-	-	-	-	(5.569)	(5.569)
Retenção de lucros	24.d	-	-	-	1.856	(1.856)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>23.495</u>	<u>15.005</u>	<u>923</u>	<u>5.815</u>	<u>-</u>	<u>45.238</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		7.425	7.782
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	15 e 16	6.265	4.806
Baixa de saldo residual do ativo imobilizado e intangível	15	10.321	518
Provisão para contingência	23	(1.301)	221
Variações nos ativos e nos passivos			
Contas a receber de clientes	10	1.692	(3.025)
Estoques	12	(683)	(246)
Outros créditos		675	(399)
Impostos a recuperar	11	25	6.270
Depósitos judiciais	23	986	(408)
Fornecedores	17	656	558
Obrigações trabalhistas	19	(463)	469
Impostos a recolher	21	(277)	(3.862)
Outros passivos	20	197	5.563
Adiantamento de clientes		2.523	809
		<u>28.041</u>	<u>19.056</u>
Impostos pagos	22	<u>(2.100)</u>	<u>(2.735)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>25.941</u>	<u>16.321</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	15	<u>(8.344)</u>	<u>(11.114)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(8.344)</u>	<u>(11.114)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		-	4.849
Pagamento de parcela de empréstimos		(3.472)	(2.029)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(65)	(1.536)
Distribuição de dividendos	24	<u>(7.545)</u>	<u>(12.354)</u>
Fluxo de caixa líquido usado em atividades de financiamento		<u>(11.082)</u>	<u>(11.070)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>6.515</u>	<u>(5.863)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	11.740	17.603
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	<u>18.255</u>	<u>11.740</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>6.515</u>	<u>(5.863)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Andali S.A. é uma prestadora de serviços industriais e logísticos, que tem como principais atividades a industrialização, armazenamento e o carregamento e descarga a granel nos módulos ferroviário e rodoviário. Também atua com soluções de integração logísticas voltadas ao segmento de fertilizantes.

Em 30 de março de 2012 foi aprovada em Reunião de Sócios Quotistas a transformação da sociedade passando de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade anônima.

Em 29 de junho de 2012 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pelo novo acionista CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, sede matriz localizada Avenida Iguaçú, 2820 - Curitiba - PR e filial em Rondonópolis - MT na Rodovia BR 163 - KM 94 - Lote 2ª s/n.

Em dezembro de 2018, a Administração optou por encerrar as atividades da unidade de Paranaguá - PR.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 29** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A Andali cumpre a sua obrigação de desempenho na prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão do serviço é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos, transferindo naquele momento o controle dos bens.

A Companhia realizou a avaliação dos impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 em suas demonstrações financeiras e foram encontradas transações que se qualificam ao efeito prático das mudanças na norma. Inexiste também qualquer obrigatoriedade à Companhia no que tange garantias e opção de devolução ao qual é líquido e certo de sua realização.

Impacto na demonstração do resultado

31 de dezembro de 2018	<i>Nota</i>	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Operações continuadas				
Receitas	25	68.789	2.690	66.099

O CPC 47/IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia com relação a outras fontes de receita.

O quadro com a abertura da Receita líquida de vendas e atendimento ao CPC 47/IFRS 15 está apresentada na nota explicativa 25.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	11.740	11.740
Contas a receber e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.783	7.783

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A Companhia define sua perdas de crédito esperadas com base no histórico de perdas de crédito de anos anteriores e na análise individualizada de recebíveis em aberto na data base do balanço.

A Companhia, ao analisar o histórico de perdas de crédito de anos anteriores e na análise individualizada de recebíveis em aberto na data base do balanço não localizou registros de inadimplências, não havendo inclusive registro de qualquer perda por inadimplência de clientes realizado pela Companhia.

Desta forma, observando o previsto no CPC 48 / IFRS 9, a Companhia concluiu não haver impacto da nova norma em suas operações, e por este motivo não se fez necessário a constituição de perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

(iii) *Transição*

A Companhia optou por não rerepresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável).

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou inicialmente o CP 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 7. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 5.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Rendimentos com aplicações financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado de aquisição.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

g. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis dos ativos intangíveis (softwares) foram estimadas em 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos estão demonstradas ao valor de custo, deduzidos de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado, como receita operacional.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros** - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, ver a nota explicativa (v) para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

- **Ativos financeiros** - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - Instrumentos derivativos de hedge; ou
 - Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado. No entanto, veja a nota explicativa (v) para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

- **Passivos financeiros** - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

j. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 29).

Quando disponível, a Companhia mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, não espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Depósitos bancários em conta-corrente	58	139
Aplicações financeiras	<u>18.197</u>	<u>11.600</u>
	<u>18.255</u>	<u>11.740</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

10 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Contas a receber de clientes	5.860	5.413
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa 28)	<u>231</u>	<u>2.370</u>
	<u><u>6.091</u></u>	<u><u>7.783</u></u>

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2018	2017
A vencer	5.903	5.920
Vencido até 30 dias	167	193
Vencido de 31 até 60 dias	21	9
Vencido de 61 até 90 dias	-	-
Vencido de 91 até 180 dias	-	1.660
Vencido de 181 até 360 dias	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u><u>6.091</u></u>	<u><u>7.783</u></u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2018 é de 20 dias (25 dias em 2017). Em razão do baixo histórico de perdas da Companhia, a Administração entendeu não haver necessidade de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

11 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
ICMS a recuperar (a)	552	2.179
IRRF a recuperar (b)	327	742
IRPJ a recuperar (b)	1.537	-
CSLL a recuperar (b)	564	-
Outros impostos a recuperar	<u>188</u>	<u>272</u>
	<u><u>3.168</u></u>	<u><u>3.193</u></u>
Parcela classificada no ativo circulante	<u>3.159</u>	<u>2.841</u>
Parcela classificada no ativo não circulante	<u>9</u>	<u>352</u>

- (a) O crédito do imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) é proveniente da movimentação com estoques de terceiros e aquisições de ativos imobilizados.
- (b) Saldo conta de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), é proveniente das movimentações de resgate das contas aplicações financeiras e antecipações por pagamentos por estimativa.

12 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Material de embalagem	-	215
Material de consumo	92	147
Material mecânico	358	285
Material para revenda	930	50
Outros	80	80
	1.460	777

13 Estoques de terceiros em poder da Companhia

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Produtos para industrialização	95.111	95.111	85.195	85.195
Produtos para armazenagem	47.173	47.173	57.143	57.143
Embalagens	3.633	3.633	5.966	5.966
	145.917	145.917	148.304	148.304

A Companhia é responsável pela guarda e armazenamento de estoques de terceiros cujos termos e condições são previstos em contratos celebrados entre as partes que incluem, entre outros, margem de tolerância para eventuais perdas (“quebras”) decorrentes do manuseio e movimentação de tais estoques. A Companhia possui controles sobre as quebras de estoques de terceiros, sendo que não foram identificadas circunstâncias em que as quebras reais sejam superiores àquelas previstas em contrato. Os saldos de estoques de terceiros em poder da Companhia são apresentados de maneira líquida entre ativos e passivos no balanço patrimonial.

14 Propriedade para investimento

Propriedades para investimento incluem terrenos da unidade de Paranaguá/PR cujas operações foram desativadas durante o exercício e que, portanto, passaram a ser mantidos com a finalidade de valorização de capital.

A Companhia optou pelo método de mensuração a custo para fins de registros contábeis das propriedades para investimento. Conforme requerido pelo CPC 28, que requer, nestas circunstâncias, a divulgação do valor justo das propriedades para investimento, a Companhia contratou empresa especializada que emitiu laudo de avaliação atestando o seu valor justo de R\$ 19.480 em 31 de dezembro de 2018.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

As propriedades para investimento tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou indicadores de que as propriedades para investimento poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de depreciação	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Terrenos	-	4.200	-	4.200	11.679	-	11.679
Edificações	4%	40.232	(5.498)	34.734	39.684	(4.330)	35.354
Máquinas e equipamentos	10%	10.767	(5.873)	4.894	17.558	(8.448)	9.110
Veículos	20%	2.060	(1.185)	875	2.627	(1.125)	1.502
Móveis e utensílios	10%	328	(125)	203	532	(213)	319
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	329	(36)	294	4.323	(216)	4.107
Computadores e periféricos	20%	1.302	(388)	914	989	(502)	487
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	2.472	-	2.472
		<u>59.218</u>	<u>(13.105)</u>	<u>46.114</u>	<u>79.864</u>	<u>(14.834)</u>	<u>65.030</u>

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.679	31.917	8.822	1.864	313	2.084	(357)	2.272	59.307
Adição	-	3.422	3.046	131	54	2.112	334	2.015	11.114
Transferências	-	1.523	195	-	-	8	-	(1.726)	-
Depreciação	-	(1.587)	(2.819)	(537)	(56)	(102)	(205)	-	(5.306)
Baixa de custo	-	(26)	(391)	-	-	(2)	(10)	(89)	(518)
Baixa de depreciação	-	105	257	44	8	7	11	-	432
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.679	35.354	9.110	1.502	319	4.107	487	2.472	65.030
Adição	-	1.928	1.275	138	15	1.456	630	2.902	8.344
Transferências para propriedade para investimento (a)	(7.479)	(1.380)	(391)	(227)	(25)	-	-	(1.236)	(10.738)
Depreciação	-	(1.168)	(2.538)	(501)	(42)	(347)	(1.634)	-	(6.230)
Baixa de custo (b)	-	-	(7.599)	(478)	(196)	(5.494)	(275)	(4.138)	(18.180)
Baixa de depreciação (b)	-	-	5.037	441	132	572	1.706	-	7.888
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.200	34.734	4.894	875	203	294	914	-	46.114

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia encerrou suas atividades na filial de Paranaguá. Com isso, o valor residual dos ativos fixos foram reclassificados para a rubrica de propriedade para investimentos, conforme evidenciado na nota explicativa 14.
- (b) Refere-se, substancialmente, ao ativo baixado na desmobilização e encerramento das atividade da unidade de Paranaguá - PR.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, e a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2018			2017		
		Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	347	(255)	92	376	(220)	156
		<u>347</u>	<u>(255)</u>	<u>92</u>	<u>376</u>	<u>(200)</u>	<u>156</u>

17 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Fornecedores de serviços e materiais	1.765	1.965
Outros	1.355	499
	3.120	2.464

O período médio de pagamento de fornecedores de serviços e materiais é de 35 dias (36 dias em 2017).

18 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Circulante	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento	2018	2017
Banco Volvo	6% a.a.	17/08/2020	226	290
Banco do Brasil	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/12/2027	3.329	3.329
			3.555	3.619
Não circulante				
Banco Volvo	6% a.a.	17/08/2020	117	343
Banco do Brasil	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/12/2027	21.735	24.982
			21.852	25.325

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.579	24.081	27.660
Captações	-	4.849	4.849
Transferências	3.605	(3.605)	-
Amortização - principal	(2.029)	-	(2.029)
Amortização - juros e variações	(1.536)	-	(1.536)
	3.619	25.325	28.944
Saldo em 31 de dezembro 2017			
Transferências	3.473	(3.473)	-
Amortização - principal	(3.472)	-	(3.472)
Amortização - juros e variações	(65)	-	(65)
	3.555	21.852	25.407
Saldo em 31 de dezembro 2018			

Em dezembro de 2017 foi assinado empréstimo para financiamento do projeto de ampliação de estruturados da unidade de Rondonópolis - (MT), com linhas de financiamento FCO (Fundo do Centro Oeste) para construção civil com juros médios de 8% a.a. já com descontos de adimplência, carência de 2 anos para pagamento de amortização do principal e durante esses dois anos pagamentos trimestrais de juros, e este financiamento se estendera até dezembro 2024, sendo o Banco do Brasil como repassador.

Vencimento da dívida no não circulante

	2018
2020	4.146
2021	3.935
2022	3.935
2023	3.935
2024	3.870
2025	819
2026	606
2027	606
	21.852

Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados, totalizando o montante de R\$ 25.317 em 31 de dezembro de 2018.

Compromissos (“*covenants*”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras contém cláusulas usuais de compromissos (“*covenants*”), relacionados a aspectos administrativos, operacionais e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia detém dois empréstimos bancários, na modalidade de FCO Empresarial - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, no montante de R\$ 25.064 (R\$ 28.311 em 2017), que, de acordo com os termos do contrato, com vencimento até o ano de 2024. O contrato contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*) estabelecendo que, anualmente, sejam cumpridos os seguintes índices financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais e auditadas, que é de não ultrapassar o indicador de dívida financeira/ebitda em 4,0 vezes até o vencimento dos financiamentos.

O eventual não atingimento destes *covenants* implica na possibilidade da exigência da liquidação antecipada pela respectiva contraparte.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia está em conformidade frente aos compromissos assumidos.

19 Obrigações trabalhistas

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Salários a pagar	482	538
Férias a pagar	694	985
FGTS	79	97
INSS	256	351
PPR - Participação nos lucros	1.211	1.166
Outros	455	503
	3.177	3.640

20 Outros passivos

	2018	2017
Seguros a pagar	182	669
Dividendos a pagar (nota explicativa 24.e)	5.569	5.545
Outras contas a pagar	711	28
	6.462	6.242

21 Impostos a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
IRPJ e CSLL a recolher	-	957
PIS e COFINS a recolher	173	212
ICMS a compensar	-	1.404
Outros impostos	142	119
	315	2.692

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.526	12.081
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.559)	(4.108)
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	(165)	(528)
Efeito de diferido não constituído		
(-) Diferença depreciação fiscal e societária	482	323
(-) Provisões contingenciais e gerais	1.004	14
(-) Receita de contrato com cliente (CPC 47)	1.137	337
	(101)	(4.299)
Imposto de renda	(67)	(3.134)
Contribuição social	(34)	(1.165)

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

23 Provisão para contingências

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2018			2017
	Contingência	Depósito judicial	Contingências líquidas	Total
Trabalhistas	532	629	(97)	(109)
Cíveis	-	-	-	327
Tributárias	271	-	271	271
	<u>803</u>	<u>629</u>	<u>174</u>	<u>489</u>

Processos com probabilidades de perda possível

Existem outras contingências passivas de natureza cível, tributária e trabalhista, surgidos no curso normal dos negócios, os quais, na opinião dos assessores jurídicos das Companhia, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os valores em risco decorrentes dos processos com possibilidade de perda possível estão descritos abaixo:

	2018	2017
Tributárias	-	139
Trabalhista	621	408
Cíveis	761	81
	<u>1.382</u>	<u>628</u>

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 2018 e 2017, no montante de R\$ 23.495, está representado por 23.495.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Participação	Quotas	Capital
CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.	50,00%	11.748	11.748
Vaccari Gonçalves Honding Ltda.	29,50%	6.931	6.931
Krug Holding Ltda.	19,50%	4.582	4.582
Piekarski Holding - Eireli	1,00%	234	234
	100,00%	23.495	23.495

b. Reserva de capital

Em 29 de junho de 2012, foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pela CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda., correspondentes a 50% de participação no capital social da Companhia. Do preço de emissão total das novas ações ordinárias, R\$ 22.995 serão destinados como aumento de capital e R\$ 15.005 como ágio na emissão de ações em reserva de capital, conforme previsto na alínea "a" do parágrafo 1º do art. 182 da Lei 6.404/76.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Conforme previsto no parágrafo 1º do art. 193 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, amparada na Lei acima mencionada, a Companhia não constituiu a reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de lucros retidos refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados em exercícios anteriores e terá destinação estabelecida conforme for deliberado em Assembleia de Acionistas.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo de 75% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Resultado do exercício	7.425	7.782
(-) Reserva legal 5%	-	(389)
Base de cálculo para cálculo dividendo mínimo obrigatório	7.425	7.393
Dividendos mínimo obrigatório (75%)	5.569	5.545

Adicionalmente, conforme ata de Assembleia Geral Ordinária datada de 15 de março de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos da reserva de lucros da Companhia no montante de R\$ 2.000 (R\$ 6.809 em 2017).

Durante o ano de 2018, foram pagos os dividendos mínimo obrigatório distribuídos no exercício anterior no montante de R\$ 5.545 e dividendos distribuídos da reserva de lucros no montante de R\$ 2.000, totalizando o montante de R\$ 7.545.

f. Ajuste de exercícios anteriores

A Administração optou por realizar o ajuste de R\$ 26 referente à baixa de aluguel que estava sendo ativado indevidamente. Devido a imaterialidade do saldo, o balanço de 2016 não foi reaberto e o ajuste foi efetuado no patrimônio líquido do ano de 2017.

25 Receita líquida de vendas

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia está descrito na nota explicativa 5.

A Companhia gera receita principalmente pela gestão de fertilizantes e na realização de serviços relacionados, e os impactos na forma de contabilização com relação à adoção do CPC 47 estão evidenciados na nota explicativa 5.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	2018	2017
Receita bruta de industrialização	27.878	30.833
Receita de serviços	1.669	2.009
Receita de armazenagem	13.370	13.118
Revenda de mercadorias	2.713	1.989
Venda de produtos industrializados	8.258	9.756
Outros serviços	21.924	8.836
(-) Devoluções	-	(104)
(-) Impostos incidentes sobre vendas e descontos	(7.023)	(6.271)
	<u>68.789</u>	<u>60.166</u>

26 Custos dos serviços prestado, produtos vendidos e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais da Companhia possui a seguinte composição:

	2018	2017
Custo da mercadoria vendida	(4.135)	(1.380)
Salários, encargos e benefícios	(22.927)	(25.136)
Depreciação e amortização	(6.265)	(4.927)
Manutenção e assistência técnica	(2.596)	(2.173)
Aluguel	(4.173)	(3.650)
Energia elétrica	(896)	(790)
Combustíveis e lubrificantes	(330)	(261)
Fretes e carretos	(116)	(73)
Locação de rodantes	(4.330)	(4.195)
Estadia de caminhão	(374)	(940)
Despesa com viagens	(559)	(738)
Gastos com desmobilização filial Paranaguá (a)	(12.323)	-
Outros custos e despesas	(1.994)	(4.586)
	<u>(61.018)</u>	<u>(48.849)</u>
Reconciliação dos custos e das despesas por função		
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(41.086)	(40.674)
Despesas administrativas e gerais	(19.932)	(8.175)
	<u>(61.018)</u>	<u>(48.849)</u>

(a) Trata-se dos gastos de desmobilização da filial de Paranaguá - PR, no encerramento das atividades da unidade ocorrida em 17 de dezembro de 2018.

27 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receitas financeiras		
Ganhos com aplicações financeiras	487	659
Outros	8	137
	<u>495</u>	<u>796</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(8)	(143)
Juros sobre empréstimos	(1.822)	(1.558)
Outros	(36)	(33)
	<u>(1.866)</u>	<u>(1.734)</u>
	<u>(1.371)</u>	<u>(938)</u>

28 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho da Administração e todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados foi de R\$ 2.288 (R\$ 1.634 em 2017.)

(ii) Outras transações

Os saldos de transações de contas a receber de partes relacionadas, adiantamentos de partes relacionadas e receitas com partes relacionadas referem-se a prestações de serviço de armazenagem e industrialização para a CHS Agronegócio - Indústria e Comércio Ltda., as quais são realizadas em termos e condições celebrados entre as partes, levando-se em consideração a estrutura da Companhia, podendo, portanto, ser diferentes caso realizados com terceiros que não fazem parte da Companhia.

	2018	2017
Receita de prestação de serviços	18.019	19.334
Contas a receber	231	2.370
Adiantamento de clientes	2.665	-

Também há saldos de empréstimos aos acionistas no montante de R\$ 496 em 31 de dezembro de 2017.

29 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na nota explicativa 5.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

		2018			2017
		Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	9	58	-	58	140
Aplicações financeiras	9	18.197	-	18.197	11.600
Contas a receber de clientes	10	6.091	-	6.091	7.783
Passivos					
Fornecedores	17	-	3.120	3.120	2.464
Empréstimos e financiamentos	18	-	25.407	25.407	28.994

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 18.255 (R\$ 11.740 em 2017) nas demonstrações financeiras, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituição financeira de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

30 Transações não envolvendo caixa

Reclassificação de ativo fixo para propriedade para investimento

Durante o ano de 2018, a Companhia encerrou suas atividades na filial de Paranaguá. Com isso, o valor residual dos ativos fixos foram reclassificados para a rubrica de propriedade para investimentos no montante de R\$ 10.738, o qual não impactou as demonstrações do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

31 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes coberturas de seguro e seus respectivos montantes:

Riscos cobertos	Cobertura
Incêndio/Raio/Explosão	105.000
Alagamento	1.000
Vendaval	10.000
Honorários de peritos	200
Danos elétricos	100.000